

**Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Juventude - CEJUV/PR
24/04/2018**

ATA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de 2018, às 9h00, na Sala de Reuniões do 7º andar, nas dependências da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS, situada no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, bairro Centro Cívico, em Curitiba, PR, convocados que foram para essa Assembleia Ordinária. A presente reunião foi convocada para às 8:30h do dia 24 de abril do ano de dois mil e dezoito. O presidente Edson Lau Filho - Bom dia a todos, agradecer a presença e mais uma vez o quórum alto que a gente já tem. Quero começar a reunião solicitando que algum dos nossos conselheiros possa fazer a secretaria da reunião, porque por motivos de força maior o Lucas que é o nosso secretário executivo não está presente. Então gostaria de saber quem pode se disponibilizar para fazer a ata da reunião. Debora Castro, protagonismo feminino, é a nossa secretária para fazer a ata nessa reunião.

Pra começar eu quero registrar aqui um ofício que nós recebemos do Deputado Paulo Litro, que foi uma das deliberações que nós tivemos na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização que foi o de convidá-lo para as nossas reuniões ordinárias, pois o Dep. Paulo Litro é o presidente da Comissão de Direitos da Juventude da ALEP, ele informou que não poderá estar em razão de outros compromissos já assumidos e o representante do da ALEP no Conselho que é o Vinícius, está aqui, também representa o deputado além da cadeira que ele já tem no Conselho. Então quero que fique registrado e a gente inclui depois nos arquivos do Conselho, ok?

Tocando a pauta, eu vou inverter aqui. Ele colocou aqui: Estatuto da Juventude integrado ao aplicativo Escola Conectada, permitindo que os jovens que tem acesso ao aplicativo tenha acesso também aos seus direitos conhecendo melhor o Estatuto. A gente conversou na última reunião sobre a necessidade de levar o estatuto nas escolas, o Roger falou um pouco sobre isso e outra coisa que a gente conversou, e aí Sandra, você que está lá na Secretaria de Educação pode ajudar a gente, para colocar algumas coisas relativas ao Estatuto da Juventude no aplicativo Escola Conectada, porque eu sei que no Escola Conectada, ele manda notificações para os celulares dos alunos. Então é ver lá na Secretaria de Educação a viabilidade técnica disso, porque com a CELPAR a gente já conversou e ela nos disse que isso é possível. E a Comissão de Mobilização e Articulação que tem o Roger e o Zé da Cufa e eles acharam uma solução interessante. Então é preciso ver com a Secretaria de Educação, não sei que cuida do aplicativo Escola Conectada lá na Educação para fazer uma reunião com eles e ver como a gente pode operacionalizar, que seja uma vez por mês mandar alguma coisa do Estatuto da Juventude, lembrar do ID Jovem, etc. Porque o Escola Conectada, nos próximos anos todos os estudantes da rede pública terão acesso a esse aplicativo. Então é preciso ver como se realiza isso. Então fica aqui essa solicitação, foi um pedido Comissão de Mobilização e Articulação, do Roger e do Zé, eles não estão aqui mas esta foi uma das coisas que foram deliberadas

Outra deliberação que a gente tem que tomar aqui e eu quero a opinião de todos, o que vocês acham. É sobre a criação da página do Facebook do Conselho. Para dar maior visibilidade ao Conselho, trazer informações jovens e conversar com os jovens sobre as pautas que devem ser discutidas.

Não foi deliberada, foi conversado na Comissão, mas não foi deliberado, então a gente está colocando aqui para deliberação. Não sei se alguém tem alguma coisa a falar sobre criar página ou não, se é contra ou a favor.

Wellington – na verdade eu não pude estar na última reunião, e eu achei que já tinha sido deliberado, mas quem que tomaria conta destas páginas a serem criadas? A AEJ né?

Edson – a Comissão cuidará disso, mas a gente tem lá na AEJ o pessoal da comunicação que também ajudará a administrar a página.

Wellington – na verdade assim, eu acho que seja viável ter uma página no Facebook e Instagram. É viável que a gente tenha se nós formarmos e tiver trabalho acontecendo né, agora se for pra apenas criar e não ter trabalho, então não sei porque ter se a coisa toda não funcionar, né. Então a gente estava discutindo na Comissão de Fiscalização da ALEP esse processo, nós trocamos uma ideia lá que ...a gente está em quantos? 24 conselheiros? E a gente precisa agora começar a produzir conteúdo de trabalho, a gente precisa fazer a coisa acontecer, então se for pra criar pra gente fazer acontecer esse conteúdo correr, além de ter o comprometimento de todos que a gente vai produzir trabalho, conteúdo para que essa coisa toda venha a acontecer senão não adianta nada.

Edson – uma coisa que seria importante, além de criar uma página inclusive é dar uma olhada na página do Conselho Nacional da Juventude, porque o conteúdo da página do Conselho nacional da Juventude é bem diferente do conteúdo da página da Secretaria Nacional da Juventude, então o importante é ver como essas páginas dialogam e como essa página do Conselho, não só criar, mas ter uma proposta de como vai ser feita.

Marcos – é preciso ter as pessoas designadas para cuidar disso dentro do próprio Conselho porque é um trabalho que tem que ser pelo menos diário ou semanal porque simplesmente deixar a página lá acaba sendo prejudicial. O pessoal olhar a página morta lá com poucos seguidores, quem ver vai achar que esse Conselho é meio fraco. Então eu me disponibilizo para cuidar da página.

Edson – então coloca aí que o Marcos vai ajudar a Comissão de Comunicação e Divulgação a ajudar a fazer a página. Então Marcos, já que nem o Zé, nem o Roger, estão aqui, eu vou pedir um favor para você, vamos criar esta página, mas antes de criar ela, tentem apresentar para gente, pode ser no grupo mesmo ou por e-mail, acho que até por e-mail é melhor...um plano de ação de como vão ser as postagens, qual que vai ser a linha da página, porque criar uma página para que tenha 50 curtidas então que o CEJUV tenha posts na página da Assessoria que já tem, sei lá, 3500, 4000 mil seguidores. Então pensar como que vai ser essa linha de postagens, postar coisas que as entidades fazem, se a gente vai pautar alguma coisa, enquete,

essas coisas, pensem em alguma linha de como vai funcionar esta página e apresente isso junto com o Roger e com o Zé e pode mandar no grupo, já que como eu acho que ninguém é

contra criar a página, então é bom ter essa linha de pensamento para não ficar feio né? Penso que seja a melhor solução. Não sei se alguém discorda disso ou não? O que vocês acham?

Outro (10:00) - Se todo mundo puder ajudar porque se pelo menos tiver um post diário, melhor né? Pelo menos um por dia para movimentar.

Edson – Com relação a pauta da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, Wellington, que você falar sobre essa pauta?

Wellington – bom dia a todos aí de novo, nós fizemos duas reuniões da nossa Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. Na nossa primeira reunião nós debatemos o que foi debatido na reunião ordinária sobre uma nova lei do Conselho, inclusive esse já é um debate que a gente tinha desde antes da criação né. E fazer uma lei que esteja bem estruturada, que faça acontecer, tendo em vista que a lei que nós utilizamos hoje é uma lei antiga, mas que foi trazida aí para pelo menos a gente iniciar, para existir o Conselho. E o Conselho hoje, um dos principais objetivos que nós temos hoje é construir esta lei nova e de uma forma atualizada. Então esta comissão está trabalhando neste sentido, a gente leu toda a lei do CEJUV, eu, a Débora, o Moya e Vinícius, junto com o Tarás e depois com o Lucas. E nós debatemos no sentido que o Conselho Estadual de Juventude a gente leu, tem algumas propostas de mudança já do que foi proposto pela AEJ, e dentro disso a gente viu a criação do Fundo Estadual de Juventude que também já puxou a questão do Sistema Nacional de Juventude que, naquela semana que nós fizemos a reunião, tinha saído. Então o que a gente conversou e debateu que nós temos que analisar toda esta lei nova do CEJUV que a gente quer propor, a questão do Fundo Estadual de Juventude que inclusive o nosso presidente também é o secretário do CONJUVE estadual e também está nesse debate com o governo sobre o fundo estadual e ver como o Sistema Nacional de Juventude se porta também nesse processo. A gente fez também alguns debates no sentido de conversar com o Paulo Litro e institucionalizamos ontem, eu o Vinícius, a Debora e o Moya, institucionalizamos a nossa Comissão junto com a Comissão de Juventude da Assembleia, então a gente já bateu um papo e explicamos pra ele sobre este processo que a gente já tinha debatido e o Paulo Litro está disposto a nos ajudar, inclusive o Edson falou que o Paulo só não pode vir por questão das agendas, mas está totalmente disposto, inclusive, já aviso vocês que a reunião vai ser amanhã da Comissão de Juventude, duas horas da tarde, do lado do plenário na sala Arnaldo Busato. Então está todo mundo convidado, então se quiserem participar desta reunião da Comissão, serão bem vindos. A nossa Comissão irá participar de todas as reuniões da Comissão de Juventude da Assembleia. Nós pedimos as leis que estão sendo implementadas por este processo. A priori, hoje, só tem uma questão dos deficientes lá que eles estão debatendo, mas hoje já tem mais cinco pautas novas que vão ser apresentadas amanhã e nós vamos trazer estes relatórios destas leis que vão estar sendo propostas pelos nossos deputados. Nesta situação, eu conversei com o Paulo Litro ontem também, que nós somos parceiros da

Comissão de Juventude, não queremos vir bater... ser uma questão de estar junto e construir o processo lá. Falei dele desta questão da lei nova do Conselho Estadual. Nós precisamos da ajuda dele e dos deputados para começar no debate. E aí, na segunda reunião a gente conversou sobre como a gente deve proceder e até o Edson, nosso presidente participou

também, sobre como nós deveríamos proceder sobre esta leitura e estes debates. Para não deixarmos os debates tão somente na Comissão, nós já vamos propor aqui, eu proponho hoje aqui, como coordenador da Comissão, que nós da Comissão de Fiscalização façamos reuniões semanais nesse mês de maio, toda a sexta feira, as 9h da manhã, e nós vamos ler as leis, vamos debater as leis e vamos conversar sobre este processo e aí, se caso a gente conseguir fazer uma coisa estruturada e bem concisa, nós vamos já deixar aqui colocado, presidente, que nós façamos aí no mês de maio, final de maio ou no começo de junho, uma reunião extraordinária para debater esta lei. Para tentar fazer com que a gente consiga passar esta lei, neste ano ainda. Este é o nosso objetivo. Então já está aberto para todo mundo que está participando, as 9h da manhã. Nós vamos avisar no grupo e todas as reuniões que nós fizermos da Comissão de Juventude da Assembleia ou da nossa, nós vamos avisar para vocês e queremos que todos participem. Inclusive, vamos chamar também, outras entidades de fora. Vamos chamar a juventude e a sociedade civil organizada que também não está presente no Conselho a participar desta construção desta nova Lei do Conselho Estadual da Juventude. E a gente conversou também sobre a questão do ID Jovem. O ID Jovem é utilizado hoje na questão entre estados né. Então o jovem até 29 anos tem disponibilizado duas passagens para viajar entre estados. Então a gente entrou no debate também na questão que ocorra para que o jovem possa usar também nas passagens intermunicipais. Me parece que Rio Grande do Norte já está utilizando isso né. Tem alguns estados, dois ou três estados que já fizeram leis estaduais a respeito. A gente não conseguiu ir a fundo ainda, mas já deixo aqui a reflexão para os Conselheiros no sentido de que se vocês quiserem debater isso também, nós vamos estar à disposição. Nesse mês de maio a gente vai começar este debate mais sobre a lei nova, mas depois a gente vai também fazer este debate que aqui no estado do Paraná para que a gente consiga que o ID Jovem seja utilizado dentro do estado, com passagens entre os municípios. Nesse sentido, nós já temos algumas propostas, nós vamos passar no grupo essas propostas de mudança na lei, então assim o que eu gostaria de pedir pra vocês, a semana que vem no máximo, depois do feriado, a gente já vai mandar os textos, já do SINAJUVE, da nova lei, tudo para o pessoal começar a dar uma lida, para na sexta feira a gente já iniciar este debate as 9h da manhã na Assessoria Especial de Juventude. Então a gente proclama que o Estado esteja presente né, porque na nossa reunião da Comissão só estava o Moya pelo Estado, mas então que o Estado participe melhor. Nós do PSB vamos fazer uma reunião interna pra debater e fazer já uma proposta. Nós temos algumas lideranças nossas que entendem que talvez o Fundo Estadual não seja o ideal, ou a gente não consiga aprovar, então a gente quer ter um plano B, se ocorrer isso. Sei que o Edson está em uma boa conversa com a Cida, mas se caso, você sabe que a juventude sempre está em último plano né, então se caso a gente não conseguir avançar com o plano A, vamos trazer um plano B e estaremos trazendo esta proposta nesta reunião de sexta. Por isso eu proclamo vocês a participarem e a estarem

presentes junto com a gente. Eu sei que é difícil, mas estamos em reuniões bem produtivas e é legal que todos participem. Obrigado presidente, é isso aí.

Edson – Amanhã as 14 horas na Assembleia Legislativa ao lado do plenário, sala Arnaldo Busato, reunião da Comissão de Juventude da Assembleia Legislativa. E durante o mês de maio, as 9h da manhã, pelas próximas quatro sextas feiras lá na Assessoria de Juventude. Para debater a lei do Conselho e na lei do Conselho tem a previsão da criação do Fundo Estadual de Juventude.

Marcos – eu só queria perguntar sobre o Fundo Estadual de Juventude. Eu não tenho conhecimento algum sobre isso então eu queria perguntar se existe um Fundo Nacional ou se é semelhante ao fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente ou é a mesma coisa?

Edson – não, o Fundo Nacional da Juventude em tese é criado com a Sistema Nacional de Juventude que foi regulamentado agora. A implementação do Sistema Nacional de Juventude, segundo o que o secretário Assis me falou, ele vai começar a fazer consultoria nos estados a partir de maio ou junho e com essa ação ele vai orientar aos estados como vai se dar a implementação do sistema, com consultoria, inclusive a universidade Federal do Rio de Janeiro que está contratada para isso. Mas efetivamente o Fundo Nacional de Juventude não existe e o Fundo Estadual de Juventude, como ainda não foi criado, ele pode ser criado do jeito que a gente quiser, só que poder ser criado do jeito que a gente quiser, não quer dizer que ele vai ser feito. Ao fazer um fundo a gente tem que ser bem realista né, achar que haverá alguma vinculação de receita como existe no FIA por exemplo, não vai existir. Qualquer gestor público que assumir hoje, não vai querer vincular receita porque a administração pública não está permitindo. A ideia de criar um fundo é você criar a rubrica e deixar que haja transferências voluntárias de empresas, da sociedade civil e também incentivar que setores do sistema produtivo possam contribuir mais com o fundo Estadual de Juventude. Eu tenho uma ideia, até falei na Comissão, junto com o Well, quando a gente estava conversando sobre isso, que eu acho que a gente deve ter um incentivo mais forte para que empresas produtoras de cigarro e de bebidas alcoólicas possam ter um incentivo maior a participar deste fundo. Agora, como vai ser operacionalizado, a parte burocrática e técnica, é claro, a Secretaria de Planejamento vai ajudar muito a gente. Eu não sei se a Larissa tem alguma coisa com relação a experiência dela com o FIA que ela pode falar, é que vai ser diferente, não vai ser do mesmo jeito, não vai ter vinculação de receita, até porque a própria vinculação de receita acaba gerando uma obrigação muito grande de se executar o fundo e muitas vezes a burocracia que existe, a Larissa está presente, a burocracia que existe e também o próprio CEDECA, o mecanismo que o CEDECA funciona as vezes não está conseguindo executar o fundo do jeito que precisa ser feito ou do que é a vontade da secretária.

Larissa – Acho que é possível fazer um estudo de outros Conselhos, com outras lógicas de fundo que tenham uma execução um pouco melhor. Talvez um recurso um pouco mais convencional, pois a quantidade de recursos que o FIA tem é bastante expressivo porque tem uma trajetória histórica, mas hoje nós temos conselhos com o Conselho de Assistência, Conselho do Trabalho, etc. Nós temos outros Conselhos com outras lógicas que a gente pode

nesta Comissão estar fazendo algumas análises para se fazer uma proposta um pouco mais exequível. Existem outros conselhos que estão na mesma lógica como o conselho de combate as drogas, não sei muito bem como é o nome, vinculado a SESP, que não tem recurso alocado, não tem fundo, na verdade acho que eles conseguiram avançar, tem fundo, mas não tem recurso algum. Então acho que a gente tem que fazer uma análise um pouco mais ampliada para poder avançar. Vou tentar participar destas reuniões da Comissão de vocês, mas esta sexta ainda não consigo, mas as do mês de maio eu já coloco na agenda para acompanhar.

Edson – sobre o fundo e o diálogo do sistema nacional de juventude, isso é importante também. Eu conversei com Assis sobre isso, quando foi criado o Sistema Nacional de Juventude e eu sugeri que ele facilitasse a transferência dos entes federados de Fundo à Fundo. Porque hoje é muito burocrático, é muito ruim a transferência de recursos da SNJ pros governos. Eu falei pra ele do sistema que existe já no SUAS que facilita as transferências de fundo a fundo, mas hoje o maior exemplo que a gente tem deste tipo de recursos é o do SUS. Então a gente pode usar este exemplo e funciona muito bem no SUS e eu costumo dizer que o sistema de juventude, ele tem que ser um up grade do SUAS e o SUAS foi um up grade do SUS, então não tem porque a gente inventar muito a roda nesse sentido, mas eles estão pensando lá em Brasília isso e a nossa contribuição como Estado a gente tem tentado fazer através do Fórum de Gestores, do Conselho Nacional de Juventude que a gente participa também. Alguém tem alguma dúvida, não? Então vamos tocar esta proposta do Well, achei legal, até foi uma sugestão mesmo de fazer esta reunião extraordinária para ver artigo por artigo e estudar bem como está a proposta final para encaminhar depois para Casa Civil para as análises jurídicas e acho que depois que tivermos a minuta pronta Well, seria importante que a Comissão, a gente organizar uma reunião com o Dr. Ednilson lá na Casa Civil que é o jurídico que vai nos dar estes últimos ajustes para a gente poder tocar isso daí sem ter nenhum problema lá na frente.

Well - o que acho interessante sim pessoal, e volto a falar sobre isso, é que todo mundo participe, porque esta comissão ela só está dando o pontapé inicial, mas esta luta de todos que estão aqui, a gente só está dando prosseguimento em cima do que tem ocorrer, afinal a Comissão tem que dar o start, mas entendam que isso daqui é nosso, todos tem que participar, acredito assim, dessas reuniões com a Comissão de Juventude da Assembleia, com o pessoal da Casa Civil, todos participem, porque isso vai mostrar força. Se eu for sozinho, ou só nós três, quatro, da Comissão, junto com o Edson é uma coisa, agora se todos os 25 conselheiros forem lá, nós temos que institucionalizar isso, debater, brigar, entendeu? Porque é só nesse sentido que o processo vai ocorrer, senão não vai. Nós precisamos da ajuda de todos. Nós temos que entender que o Conselho Estadual de Juventude está aqui para uma luta muito maior. A instituição conselho Estadual de Juventude é muito maior do que qualquer pessoa que está ali dentro. Então assim, a gente precisa entender a responsabilidade que este grupo tem hoje. Esse grupo aqui depois de 20 anos que o Conselho não existia, hoje está fazendo a primeira vez, acontecer de novo. Então nós vamos ser mais um grupo que veio e que depois não ocorreu? Tem que lembrar uma coisa, que se a gente não fizer o trabalho agora, será que este conselho vai perdurar aí durante os anos? Os caras vão falar, nem vamos dar moral para estes caras aí meu, eles não fazem nada mesmo! Então nós temos uma grande

responsabilidade, além de ter que representar o jovem a gente também tem que fazer a coisa acontecer, por isso nós vamos ser o exemplo agora para este conselho continuar. Então acho que os nossos conselheiros precisam começar a se antenar nesse processo. Desculpe falar pra vocês, mas nós estarmos nesse número aqui, é muito pouca gente que nós estamos e essas reuniões estão sendo marcadas com antecedência. Um, dois faltarem, três... é uma coisa, agora nós estarmos em dez, é muito pouca gente. É preciso estar mais responsável. A gente tem que cobrar de nossos companheiros aqui o comprometimento com esse processo. Senão também não adianta nada, se não tiver o grupo, vamos pensar qual a melhor forma para fazer com que as outras pessoas participem.

Debora – concordo em gênero, número e grau com o Well, sabe, porque, em especial aos representantes da sociedade civil organizada, caso a lei não dê certo é papel dos movimentos sociais cobrarem do próximo governo para que haja, então é extremamente importante que os conselheiros que representam os movimentos sociais sejam ativos. E inclusive, no regimento interno tem um artigo que fala sobre as faltas também. Tem conselheiro que nunca veio em reunião, por exemplo, e aí?

Edson – sobre esta situação, está já é nossa terceira reunião, então que fique registrado que será feito levantamento dos conselheiros que não estão em conformidade com o regimento interno e com o decreto do conselho. Notificá-los para que na próxima reunião estejam presentes, caso não a gente executa os dispositivos que existem.

Larissa – ia até sugerir, Edson. Normalmente os conselhos tem em seu regimento a justificativa de até três faltas, então acho que era importante que a secretaria executiva, todo início de reunião apresentasse quem justificou ausência. Hoje a gente usa o whatsapp como uma ferramenta, ok. Mas não é o instrumento oficial de um órgão público, a gente não tem como considerar. Então da mesma maneira que a pauta vem por e-mail, então se o conselheiro está entretido porque tem uma situação de trabalho ou coisa assim, a justificativa deveria vir por ali. Além disso, em caso de não justificativa ou mesmo três justificativas consecutivas o conselheiro precisa ser substituído. Então acho importante que a gente tivesse esta devolutiva da secretaria executiva e ainda um pouco da pauta na cabeça que vocês trouxeram com relação a instituição da lei, a questão do fundo, eu acho que é bem importante mesmo. É um processo longo, moroso, penoso, não é tão simples, mas acho que é importante dar esse pontapé nessas reuniões para aprofundar isso. Sobre conselho, ok, instituir o plano estadual, ok, e criar o fundo, mas não haver recurso nesse fundo é como o fundo do conselho sobre drogas que eu acabei de relatar. É um processo de luta, um processo de movimento, um processo de articulação da sociedade civil organizada e da representação governamental. Independente de não sermos a sociedade civil organizada e sermos representantes governamentais, existe todo interesse do governo do estado em fortalecer esta política. Que a gente tenha as instâncias deliberativas, da política sendo de fato deliberativas. Hoje, sem fundo, nós somos quase que uma instância consultiva porque nós deliberamos a política pública, mas nós não deliberamos recursos, orçamento alocado, vinculado. Então a gente não delibera projeto, programa, estamos em um processo de construção disso, é como o Edson disse, é a terceira reunião. Acho que a fala de vocês de não desarticular é muito importante.

Nós temos inúmeras agendas paralelas para nós governamentais e mesmo para a sociedade civil organizada é bastante difícil, porque você está aqui, de repente te chamam para outra reunião, de repente tem uma agenda sobreposta, é assim mesmo, todo conselho é assim, mas acho que existe o compromisso desses conselheiros, por isso é importante a gente saber desses compromissos, quem não veio até hoje, justificou? Não justificou? Perdeu a cadeira! Quem é o próximo que de repente é uma organização que quer participar, que tem disponibilidade, que tem condições e não está vindo e não está sendo acionada? Acho que é possível retomar, a gente não pode perder de vista mesmo né, essa tua fala Well, que de repente três ou quatro conselheiros sentados na Assembleia não fazem a diferença, mas os 25 fazem. Eu compus o CEDECA pela primeira vez em 2002 e de lá pra cá, muita coisa foi construída. Não é um conselho fácil, assim como o conselho da assistência também, fui

conselheira pela primeira vez em 2002 também. Não é um conselho simples, mas é um conselho que tem um pouco mais de atuação e história. Não é de um ano pro outro, não é de uma reunião pra outra, é cansativo mesmo, a gente mobiliza e retoma a mobilização, é como trabalhar em rede, quando a gente fala em rede, lá na ponta, a rede de proteção, ela tá ativa, uma hora ela tá, o mês seguinte não tá, a pessoa que era o ponto focal daquela rede não foi, desarticulou e algo aconteceu. Então é importante que a gente não perca isso de vista e que tente mesmo, você disse que é no grupo do conselho mesmo, ótimo, porque a gente tem que discutir mesmo lei, tem que discutir fundo, tem que discutir repasse de recurso como um grupo, como um colegiado e não só a comissão, porque só a comissão de fato ela pode ser assertiva na hora de construir um instrumento, ah, eu vou escrever, eu vou minutar a lei, aí é a comissão, ótimo, porque em 20 pessoas a gente não escreve, né, a gente escreve em 4 ou 5 que senta e faz, mas assim, estar sempre trazendo e sempre mobilizando e estar fazendo esta análise coma secretaria executiva, sabe Edson, porque senão o conselho não vai ter nem quórum e fica esvaziado.

Well – eu só quero deixar registrado que eu não quero sancionar ninguém sobre estas faltas. A minha fala ficou bem clara que é um incentivo mesmo a participação.

Larissa – ok, mas a minha fala é de cumprir o regimento, se tem três reuniões e a sociedade civil ou governamental não veio, nós precisamos ter um movimento de ligar pro DG lá da secretaria que não apareceu até hoje e dizer olha, o que está acontecendo, sua indicação não compôs conosco até hoje, nós precisamos da presença.

Edson – tem entidade que eu sei que veio ou não veio na primeira reunião aí mandou alguém representando a entidade. Então teve presente, Teve exemplo aqui da própria FETAEP. Mas teve entidades que não vieram, então a gente tem que chamar todo mundo.

Larissa – nós temos um agravante, o conselho não tem suplência.

Edson – esse é um dos problemas que a lei tem que resolver.

Larissa – eu tenho conversado sobre isso na minha secretaria, eu digo olha, tem um monte de gente na minha equipe que pode estar vindo e acompanhar quando eu não posso ou quando

eu tenho que dar uma saidinha na reunião, mas na hora de votar não tem legalidade alguma. Então eu acho que isso é mais uma coisa para ser resolvida porque isso vai ajudar muito na hora que o conselheiro titular não vem.

Well – é por isso que a gente debateu que a lei tem que passar logo, entendeu? Mas a questão do comprometimento seria nesse sentido. Por exemplo, na última reunião ordinária eu não pude vir, mas o vice-presidente da juventude do PSB. Ah, mas o cara não vai poder votar legalmente, mas pelo menos ele está participando veio, demonstra que a entidade está construindo. E temos que lembrar que aqui dentro nós estamos em um grupo de amigos. Aqui dentro todo mundo se conhece. A gente sabe o quão difícil é fazer este processo de juventude aqui e as 25 pessoas que vierem aqui estão querendo fazer. Então não quero ser carrasco, claro, temos que seguir o regimento, afinal nós temos que ser legais também, massa eu acredito assim, quem puder vir, conversar com a pessoa que conhece e ajude nesse sentido. O que eu quero aqui é comprometimento porque isso aqui é uma faca de dois gumes né, os

caras ficam sentados aqui, tiraram foto lá com o governador beleza, mas depois o pessoa vai perguntar e você? Foi conselheiro e fez o que lá? Ah! Fiz nada. Ah! que legal então, só tirou foto com o Beto, parabéns.

Alexandre – bom dia a todos, parabéns pelo trabalho. Eu até queria reforçar que não pude estar presente em outras reuniões do conselho, mas sempre mandei a assessoria. Até para poder discutir o que a colega coloca aqui, a suplência, acho que é importante. Nós somos 25 conselheiros então é discutir o mais rápido possível para que pudesse, quando não vier o titular para que pudesse vir o suplente para que não fique fora do debate, senão um ou outros estar presente, assim não vai prejudicar tanto o nosso trabalho. Tanto a JSB quanto a FETAEP tiveram esta situação né, não puderam estar presentes e mandaram alguém representando.

Edson - Acho que é importante porque demonstra que a entidade está representando. Agora tem entidade que não mandou justificativa, não mandou representante. A gente vai ter que diferenciar isso daí na hora de fazer o levantamento e pedir que seja colocado em ata para que possamos executar isso já na semana que vem, através das listas de presenças e das atas das reuniões para que o decreto e o regimento interno sejam cumpridos.

Marco Antonio – Olá pessoal, bom dia. Vocês falando assim dos conselheiros, eu acho que precisa ficar um pouco mais claro, até para incentivar o pessoal. Porque o conselho é um movimento da sociedade civil. Tem alguns membros governamentais, que é o meu caso, mas que no caso dos governamentais seria para dar uma assessoria, uma ajuda, mas o movimento mesmo é da sociedade civil. Acho que precisava deixar mais claro aonde se quer chegar, incentivar mais o pessoal da sociedade civil pra que eles participem. Um puxar o outro entre os representantes da sociedade civil. Eu como representante governamental, não vejo muita participação que eu possa ajudar, mas na medida que eu posso eu estou presente como representante da SESP. Mas acho que precisava um pouco, um chamar o outro dentro da organização civil que eu acho que é a finalidade mesmo do pessoal. Acho que falta um pouco de praticidade de onde se quer chegar, eu sinceramente não estou vendo, não consigo

enxergar isso. Onde se quer chegar mesmo, o que vai se influenciar, onde que o jovem paranaense vai chegar, eu acho que precisa ficar um pouco mais claro isso aí para incentivar o pessoal, o jovem a vim.

Larissa – queria contribuir assim com o colega e falar da importância da nossa participação também como governamental. O conselho é uma instância deliberativa e paritária da política. A pauta da sociedade civil é tão importante como a pauta governamental e pra nós, acho que o Edson como Assessor Especial de Juventude, mais do que qualquer um aqui tem clareza da responsabilidade deste grupo de trabalho, porque a Assessoria só vai poder trabalhar e construir programas e projetos a partir de deliberações e diretrizes que este conselho der. Então se a gente ainda está um pouco patinando, um pouco solto, talvez seja por ser um conselho novo, é a terceira reunião ainda. É um processo de construção coletiva e de compreensão e absorção das nossas responsabilidades enquanto conselheiros que sociedade civil ou estado temos o papel de representar e de defender os interesses da juventude paranaense. Como governo mais ainda, a nossa responsabilidade é ainda maior, porque além de eu ser conselheira eu entendo do orçamento da minha secretaria, eu represento o governador, o secretário de estado que tem a compreensão do que tem de recurso e do que

não tem. O que nós temos de orçamento, o que nós temos de recursos humanos, recursos materiais, orçamento, interesse, vontade de fazer. Então eu acho que aquela capacitação com aquele professor foi muito importante com a escola de gestão, mas mais do que isso, talvez, Edson, e aí pra ser um pouco mais objetiva e assertiva a gente precisa ver que nem todos aqui tem uma prática conselhistas já consolidada. Nós temos representantes da sociedade civil e governamentais que de repente foram colocados aqui sem tanta prática conselhistas ou prática em relação ao debate da juventude. E aí eu talvez possa contribuir também, nós poderíamos formatar uma capacitação com a Escola de Gestão voltada a prática conselhistas e a prática voltada ao movimento da juventude. Do movimento social vinculado a juventude, da história do movimento da juventude em nosso país. Algumas questões assim que desse um link um pouco maior para que a gente entendesse o nosso papel na hora de estar aqui, senão você tem razão, a gente fica dando volta em volta do próprio eixo e aí parece que não avançamos, parece que a responsabilidade é do outro e não nossa. Eu não vim, mas meu representante veio, mas a gente não tem isso legalmente estabelecido. Eu fia uma pauta contrária com o Edson desde a primeira reunião, eu disse, nós governo temos que ter uma pauta fortalecida em todas as reuniões, nós temos que apresentar o que é feito em política de juventude em cada secretaria de estado. A minha compreensão é essa. Nós temos que vir e dizer: na saúde a juventude tem esse espaço, eu tenho esses programas que trazem o recorte do público da juventude e que fazem o enfrentamento a violência ou que são preventivos, enfim, na assistência são esses. Então a pauta é tanto da sociedade civil, quanto governamental, nós temos que nos organizar enquanto membros governamentais também e entender um pouco melhor nosso papel aqui e talvez, Edson, pensar nessa formação e eu posso contribuir em relação a prática conselhistas e a experiência com relação ao trabalho de juventude para que a gente possa dar uma alinhavada e as coisas fluírem um pouco melhor, mas como eu disse na outra pauta é um processo que não é tão rápido. Passam-se anos, as vezes até a gente avançar

para um conselho bastante fortalecido, é a terceira reunião e eu acho que a gente vem de um movimento bom e nós já estamos discutindo fundo, nós já estamos com uma articulação com a Assembleia, e tem conselhos que levam anos para iniciar esta articulação e por isso acho que a gente já tem uma caminhada muito fortalecida para pouco meses de trabalho.

Edson – a gente ruma, Marco Antonio, Larissa, no sentido da institucionalização. Quando a gente começou a Assessoria de Juventude, em 2013, a gente não tinha um computador para escrever um ofício, então quando a gente começou a montar a Assessoria de Juventude, quando a gente começou a pautar dentro do Governo do Estado a pauta Políticas Públicas de Juventude, com recorte de 15 a 29 anos, pensando nas garantias de direitos, promoção ao protagonismo, Alan estava junto nesse processo né Alan, a gente começou a literalmente quebrar barreiras e paradigmas dentro do próprio governo. Isso vai acontecer no nosso conselho, é um processo de institucionalização. E o processo de institucionalização nosso também passa, e é o que está sendo puxado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, passa muito por esta pauta, porque a gente foi institucionalizado como conselho praticamente a fórceps, foi na vontade política que a gente teve na Assessoria de Juventude e da vontade política do governador de querer fazer, porque se dependesse da secretaria, sem demérito nenhum, se dependesse da secretaria da fazenda não iria sair. O Alan sabe quantas negativas a gente ganhou da Fazenda em sei lá, 4 anos. A gente mandou 4 a 5 projetos de lei e

sempre travava na Fazenda. Até que a gente achou um decreto de 1988, olha tá válido, foi feito antes da Constituição, então não é irregular e foi esse decreto que viabilizou, então o processo de institucionalização passa pela criação de uma lei que resolva alguns destes problemas que foram colocados aqui. Então todos estes problemas que o decreto tem, o decreto tem um número ímpar de conselheiros, então no decreto de 2017, a gente diminuiu um conselheiro para que ele vire secretário executivo, para que ele vire paritário e esteja de acordo com o estatuto da juventude. Só que aquele decreto acaba com a figura do suplente, ele tem apenas cinco suplentes. Apenas as representações regionais tem suplência. Então o processo de institucionalização passa por tudo isso.

Edson – Atila está em Londrina nos acompanhando?

Atila – sim estou ouvindo e acompanhando.

Edson – Vamos abrir para informes.

Marcos – eu tenho um convite a todos os conselheiros. Nós teremos a aula magna do SIEP – Sociedade de Integração dos Estudantes Paranaenses, na Câmara Municipal de Maringá no dia 18 de maio, as 9h da manhã. Todos estão convidados.

Débora – na nossa última reunião do Conselho a nossa entidade havia proposto fazer a cartilha, só que infelizmente a gente não conseguiu organizar a comissão que iria elaborar a cartilha. Isso se deu por conta das agendas. Para que a coisa aconteça eu proponho que eu

elabore essa cartilha, traga para vocês pronto e aí vocês revisam, porque se ficarmos dependendo dos outros pra fazer a gente não vai fazer.

Edson – toca, pode tocar.

Alexandre – Agradecer a todos pelo evento que aconteceu na semana passadas, a Assessoria de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, para discutir o diagnóstico sobre a juventude rural. O tempo foi exíguo, mas foi bom o debate junto com Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também queria aproveitar para registrar e já convidando alguns colegas e conselheiros que são das regiões, nós vamos estar este ano passando por pelo menos uns 50, 60 municípios fazendo o trabalho de formação de juventude rural. FETAEP já tem aí, pelo menos nos últimos 10 anos um trabalho bem forte com a juventude rural. Até então, antes disso, não se tinha nem no estatuto nosso, da federação e do sindicato qualquer referência a participação do jovem. Hoje os nossos estatutos de sindicato e federação consideram que no mínimo 20% tem que ser jovens e 30%, mulheres, no mínimo para incentivar o trabalho com estas pessoas. E aí temos um desafio muito grande no estado do Paraná, se nós formos analisar temos aí cerca de 40% das propriedades que não tem um sucessor, então são dados bem preocupantes, e aí a gente vai vem a um tempo trabalhando em mostrar para a juventude rural as políticas públicas que se tem para ele permanecer no campo. Mostrar muitas vezes as oportunidades entre o campo e a cidade. Então a gente está com este planejamento, temos uma grande parceria entre FETAEP, EMATER e SENAR PR e claro com o governo do estado através da Assessoria de Juventude tem contribuído e colaborado com este trabalho. É claro que quando se fala em sucessão rural não adianta apenas trabalhar o jovem, é necessário trabalhar a família. Então são grandes desafios que a gente tem que ir superando.

Edson - é bom lembrar que nós temos uma população grande de jovens rurais e muitas propriedades rurais, é um dado que todos devem saber, nós temos mais de 500 mil propriedades rurais aqui no estado, recadastradas no cadastro ambiental rural são mais de 380 mil. Então é um público muito grande e é a força da economia do Paraná. Só para vocês saberem 80% da matéria prima da merenda escolar vem da agricultura familiar, então esse é um debate que temos que pautar sempre, para não ficar apenas no debate da juventude urbana.

Agradeço a presença de todos e lembro que nossas reuniões ordinárias são sempre as terceiras terças de cada mês. **Participantes:** Wellington Silveira Filho (Juventude Socialista Brasileira – JSB-PR), Alexandre Leal dos Santos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná – FETAEP), Henrique Miguel Segedi da Silva (Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana – FEMOCLAM), Roger Ferreira Gonçalves (Jovem Consciente – JC), Deborah Branco Godinho Castro (União Brasileira das Mulheres – Seção Ponta Grossa – UBM), Atila Castello Vasqueio (WEB), Edson Luiz Lau Filho (Assessoria Especial de Juventude), Diogo Moya (Secretaria de Estado do Esporte e Turismo), Larissa Marsolik (Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social), Marco Antonio de

Goes Alves (Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária), Emanuel de Lima Cavalari (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), Allan Kolodzieiski (Secretaria de Estado da Cultura, Vinicius Mendes Rigo (Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná), Thabata Cristina Uhlik Vieira (Secretária Executiva), Marcos William Loiola da Costa (SIEP – Sociedade de Integração dos Estudantes do Parana), Sandra Marim Beneditt (Secretaria de Estado da Educação). A presente ata foi gravada e redigida pela servidora Thabata Cristina Uhlik Vieira (AEJ), Secretária Executiva deste Conselho. O documento depois de aprovado será publicado em Diário Oficial e inserido no site do CEJUV-PR.

**Thabata Cristina Uhlik Vieira
SECRETÁRIA EXECUTIVA CEJUV/PR**